

ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 13-02-2020.

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Paulinho Motorista e Ricardo Gomes. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Marcelo Rocha, Farid Germano Filho, Filipe Tisbierék, Idenir Cecchim, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 237/19 (Processo nº 0541/19), de autoria de Engº Comassetto. A seguir, foi apregoado requerimento de autoria de Cláudio Conceição, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia treze ao dia dezois de fevereiro do corrente, tendo a Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Farid Germano Filho, informando-o que integraria a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Reginaldo Pujol, Líder da Bancada do DEM, informando o impedimento do suplente Dinho do Grêmio em assumir a vereança do dia treze ao dia dezois de fevereiro do corrente. Também, foi aprovado requerimento de autoria de Ricardo Gomes, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia dezois ao dia vinte de fevereiro do corrente. Ainda, foi aprovado requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 026/19, discutido por Lourdes Sprenger, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 256, 270, 271, 245 e 252/19, estes dois discutidos por Engº Comassetto, e 002/20, este discutido por Adeli Sell, e os Projetos de Resolução nºs 064 e 065/19; em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 150, 231, 243, 266, 267, 269 e 228/19, este discutido por Engº Comassetto, e os Projetos de Resolução nºs 050 e 062/19. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Luciano Marcantônio, Aldacir Oliboni, Dr. Marcelo Rocha e Comandante Nádia. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Dr. Goulart, em tempo cedido por Filipe Tisbierék, Engº Comassetto, Adeli Sell, Farid Germano Filho e Ricardo Gomes. Em continuidade, a Presidente concedeu a palavra a Filipe Tisbierék, nos termos do artigo 12 do Regimento. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Cassiá Carpes. Às quinze horas e cinquenta e sete minutos, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Lourdes Sprenger e João Carlos Nedel e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Cláudio Conceição solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 13 a 16 de fevereiro de 2020.

A Mesa declara empossado o Ver. Farid Germano Filho, nos termos regimentais, em razão da impossibilidade de o suplente Dinho do Grêmio assumir a vereança, que integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH.

O Ver. Ricardo Gomes solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 17 a 20 de fevereiro de 2020. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0585/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 026/19, de autoria da Verª Lourdes Sprenger, que altera o parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 832, de 9 de março de 2018, que dispõe sobre medidas de polícia administrativa de competência do Município de Porto Alegre e dá outras providências, incluindo as infrações previstas na Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012.

PROC. Nº 0565/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 245/19, de autoria do Ver. Engº Comassetto, que altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.299, de 19 de junho de 2012 – que integra ao patrimônio cultural do Município de Porto Alegre a Mocambo – Associação Comunitária Amigos e Moradores do Bairro Cidade Baixa e Arredores, com base no art. 14 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental –, e alterações posteriores, atualizando a referência à base legal que permite o uso de próprio municipal por parte da associação.

PROC. Nº 0593/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 252/19, de autoria da Verª Margarete Moraes, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Rogerio Favreto.

PROC. Nº 0600/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 256/19, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Humberto Coelho Neto e Silva.

PROC. Nº 0639/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 270/19, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao médico doutor Newton Luiz Terra.

PROC. Nº 0641/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 271/19, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Francisco Antonio Santa Helena.

PROC. Nº 0002/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 002/20, de autoria do Ver. Adeli Sell, que denomina Rua Aldyr Schlee o logradouro público cadastrado conhecido como Estrada Dois – Vila São Francisco, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro.

PROC. Nº 0644/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 064/19, de autoria do Ver. José Freitas, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul – SSRS.

PROC. Nº 0649/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 065/19, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que concede a Comenda Porto do Sol à Creare – Escola de Educação Infantil.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0321/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 150/19, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que destina os valores de multas aplicadas por descumprimento judicial oriundos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD) à Secretaria Municipal de Vigilância Sanitária.

PROC. Nº 0519/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 228/19, de autoria do Ver. Eng^o Comassetto, que denomina Rua Giselda Escosteguy Castro o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Oito Mil, Oitocentos e Cinquenta, localizado no Bairro Lageado.

PROC. Nº 0523/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 231/19, de autoria do Ver. Eng^o Comassetto, que denomina Rua Marcelo dos Santos o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Oito Mil e Quarenta e Cinco, localizado no Bairro Chapéu do Sol.

PROC. Nº 0627/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 266/19, de autoria

do Ver. Airto Ferronato, que denomina Praça Fábio André Koff o logradouro não cadastrado conhecido como Praça Quinhentos e Dois, localizado no Bairro Farrapos.

PROC. Nº 0628/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 267/19, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que inclui a efeméride Mês de Luta e Conscientização contra a Aids – Dezembro Vermelho – no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de dezembro.

PROC. Nº 0638/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 269/19, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Lindolfo Pinto de Carvalho o logradouro público cadastrado conhecido como Rua B – Vila São Carlos –, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro.

PROC. Nº 0563/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 243/19, de autoria do Ver. Roberto Robaina, que inclui a efeméride Dia da Pomba-Gira Soberana Maria Padilha no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 9 de março.

PROC. Nº 0524/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 050/19, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – Diocese Meridional.

PROC. Nº 0613/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 062/19, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que concede o Diploma Honra ao Mérito à AJEB – Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Lourdes Sprenger, nossa presidente em exercício, colegas vereadoras e vereadores, hoje, em Pauta, um projeto de minha autoria dando nome a uma rua na Lomba do Pinheiro, denominando-a Rua Aldyr Schlee. Gaúcho da zona sul do Rio Grande do Sul, ali na cidade de Jaguarão, fronteira com o Rio Branco, muitos anos morou em Pelotas e ali começou suas atividades. Quero falar, primeiramente, de um particular desse escritor gaúcho, que foi o criador do uniforme verde e amarelo da seleção brasileira de futebol, mais conhecido como camisa canarinho. Em 1953, aos 19 anos, desenhando e fazendo caricaturas para os jornais de Pelotas, ele venceu 201 candidatos no concurso promovido pelo jornal carioca Correio da Manhã para escolha do novo uniforme da seleção brasileira. Após o concurso, a então Confederação Brasileira de Desportos – CBD, oficializou o uniforme. Como prêmio, Aldyr ganhou o que seria equivalente hoje a R\$ 20 mil e um estágio no Correio

da Manhã, no Rio de Janeiro, onde pôde conhecer e conviver com figuras expoentes do jornalismo da época, como Nelson Rodrigues, Antônio Calado, Millôr Fernandes e Samuel Wainer. Assim, senhoras e senhores, peço que deem atenção a essa denominação de um logradouro público cadastrado como Estrada Dois, Vila São Francisco, bairro Lomba do Pinheiro, para que esta pequena rua simbolize para nós do Rio Grande do Sul e para a alegria de todos nós, a lembrança de um grande nome da nossa história literária, do desenho da caricatura do jornalismo, Aldyr Schlee. Mais longe, Aldyr Schlee era doutor em ciências humanas e publicou cerca de 20 livros, entre romances e contos, participou de várias antologias de contos e de ensaios. Alguns livros seus foram primeiramente publicados no Uruguai pela Editora Banda Oriental, traduziu a importante obra Facundo do escritor argentino, Domingo Sarmiento, e fez a edição crítica da obra do escritor pelotense, João Simões Lopes Neto. Como se pode ver, Aldyr Schlee tinha alma do nosso povo, Aldyr Schlee sintetizava nas suas escritas, na sua trajetória de escritor aquilo que passa em nossas veias, em nossas cabeças, nos nossos sentimentos, a alma do povo gaúcho e brasileiro. Eternizada para aqueles que entendem muito mais de futebol do que eu, como o Ver. João Bosco Vaz e outros que estão aqui nesse plenário, foi quem desenhou a camisa canarinho da seleção brasileira. Seria um prazer muito grande que esse projeto circulasse rapidamente nas comissões e, como falou anteriormente o Ver. Idenir Cecchim, que no dia que a gente colocasse a placa lá a gente pudesse fazer uma grande homenagem a este grande gaúcho porque eu acho que é um dos que merece o nome de uma rua de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezada Ver.^a Lourdes Sprenger, na presidência dos trabalhos; colegas vereadores e vereadoras; senhoras e senhores; todos os nossos ouvintes da TV Câmara. Tenho quatro projetos que tramitam aqui em Pauta e gostaria de apresentá-los aos colegas vereadores. O primeiro deles é um projeto que trata da Mocambo – Associação Comunitária Amigos e Moradores do bairro Cidade Baixa e arredores que já é patrimônio cultural da cidade de Porto Alegre, que representa um núcleo remanescente da cultura negra na Cidade Baixa – o Silvinho está aqui, luta pela inclusão social e contra a discriminação racial. A Mocambo é uma dessas entidades históricas remanescentes do povo da Ilhota, dos escravos da Redenção, situada na 1ª Perimetral, em frente ao Largo Zumbi dos Palmares, homenagem também à luta contra a discriminação racial; portanto, a Mocambo já é Patrimônio. No entanto, o documento que aprovamos aqui neste plenário, dizendo que ela é patrimônio cultural da cidade de Porto Alegre, mesmo seu território conforme o plano diretor, referia-se a um decreto que foi promulgado pelo então prefeito João Verle. Agora, o atual prefeito mudou esse decreto, deu outras terminologias; portanto, temos que adequar na lei a

mudança desse decreto do prefeito João Acir Verle para o decreto do atual prefeito Marchezan. Então, esse é o primeiro projeto que apresentamos aqui.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Só para eu entender, Ver. Comassetto, com a sua lei ficaria valendo aquele que era do Verle ou o atual, como seria essa adequação?

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): O atual, porque prefeito reescreveu o decreto em que esta comunidade está inserida. É uma lei aparte, que fez referência àquele decreto do João Acir Verle. Como o atual prefeito substituiu o decreto do prefeito João Acir Verle, deu outra redação; bom, aquele deixou desistir, aquele que está escrito na lei que nós aprovamos; portanto, temos que substituir na lei, o decreto, para que a lei possa ter validade. Então esse é o conteúdo que estamos trazendo aqui para análise. Agradeço sua contribuição. O segundo projeto que quero aqui falar é um projeto da nossa colega suplente de vereador que assumiu aqui várias vezes nesta Casa. E, por falar nisso, está aqui a Elaine, que é a coordenadora da Mocambo – acabei de anunciar aqui o projeto de readequação da lei do patrimônio cultural da cidade de Porto Alegre da entidade Associação Comunitária Amigos e Moradores do bairro Cidade Baixa e Arredores, a Associação Mocambo. Seja bem-vinda, Elaine.

O segundo projeto é de autoria da Ver.^a Margarete Moraes, que concede o Título de Cidadão de Porto Alegre ao Sr. Desembargador Rogerio Favreto, que foi crucificado pela mídia brasileira por ter a coragem de dizer que os atos instituídos pelo ex-juiz Moro eram inconstitucionais na prisão do ex-presidente Lula, tanto que o Supremo Tribunal Federal determinou a sua soltura dizendo que os atos do Moro eram constitucionalmente ilegais.

E, ao mesmo tempo, o projeto que denomina Rua Giselda Escosteguy Castro o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Oito Mil, Oitocentos e Cinquenta, localizado no Bairro Lageado. A Giselda Castro foi uma das precursoras da luta ambiental no Rio Grande do Sul junto com Magda Renner, Lutzenberger, Augusto Carneiro e outros. Portanto estamos denominando aqui o nome de um logradouro público na cidade de Porto Alegre de Giselda Escosteguy Castro.

Estamos trazendo esses projetos aos colegas para o debate. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LUCIANO MARCANTÔNIO (PTB): Colegas vereadores, Sra. Presidente, Lourdes Sprenger; o tema que eu vou abordar hoje é em relação à habitação em defesa de três comunidades importantes com movimentos habitacionais organizados, mas que, infelizmente, nós não conseguimos ainda, tanto no governo

passado como no atual, vencer. São três casos, eu vou dar mais atenção para o caso da Vila Liberdade, o caso do movimento Habitacional Barcelona e, por último, do loteamento do Bosque. São três casos importantes em que já aconteceram inúmeras reuniões nessa Casa, principalmente o do loteamento Barcelona e da Vila Liberdade, desde 2010 até hoje. Está na hora de nós, colegas vereadores, em conjunto com o DEMHAB, com o diretor-geral Mário Marchesan, chegamos ao finalmente desse processo.

Estou colocando aqui essa situação, porque acredito que, depois do projeto de lei das permutas e alienação de áreas, depois do nosso trabalho conduzido na Comissão Especial de Prédios e Áreas Públicas Ociosas ou Abandonados, e também da possibilidade da construtora pegar recursos próprios com a Caixa e de o DEMAHB designar áreas, com três alternativas, não é possível que nós vamos passar mais uma gestão sem resolver a questão liderada pela dona Lorimar, que todo mundo conhece aqui, que é do Movimento Habitacional Barcelona, que já tem área, que já está limpa de gás metano, já tem projeto licitado, e nunca conseguimos contratar a construtora. Isso é muito complicado. São pessoas que lutaram e demandaram no Orçamento Participativo.

Vereador Engº Comassetto (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador Luciano Marco Antônio, obrigado pelo aparte. Estava atentamente ouvindo o seu discurso, e temos que fazer aqui a seguinte análise, conheço esse tema de cor e salteado, até porque ajudo as cooperativas a construírem conjuntos habitacionais. E quero dizer aqui que, com o dinheiro do programa, é possível construir, e construir bem. Agora, se deixar só para as construtoras, elas querem ganhar 100%, não se satisfazem com 20%, 25%, 30% de resultados, querem ganhar 100%, 150%. Eu convido todos os colegas vereadores a conhecerem, inclusive o senhor já conhece, foi na inauguração dos 1.080 apartamentos que construímos, que são os melhores do Brasil em qualidade, feitos com 85 mil, tudo pago. Todos os trabalhadores – engenheiros, arquitetos, sociólogos – receberam, ganharam bem, tudo em dia, todos os impostos recolhidos, é possível. Portanto, creio que nós devemos discutir aqui sobre esses programas do Município associar-se com as cooperativas e essas empresas que constroem com as cooperativas para realizar. Muito obrigado.

VEREADOR LUCIANO MARCANTÔNIO (PTB): Agradeço o aparte, Ver. Engº Comassetto, e concordo completamente com a sua posição. Nós tivemos a faixa um e não tem mais, e a cooperativa conseguiu ainda, no Minha Casa, Minha Vida, entidades, a faixa um. Por isso, este ano, nesta gestão, as cooperativas têm tido muito sucesso, tanto que a Liberdade está se constituindo como cooperativa. O Movimento Habitacional Barcelona, o DEMHAB também tem exigido que ele se constitua como cooperativa. Mas o que eu quero mais salientar é que não importa o sistema, não importa o método, não importa se é via faixa um, via faixa dois...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR LUCIANO MARCANTÔNIO (PTB): ...Este governo Marchezan, o DEMHAB, apoiou a questão das cooperativas, onde a própria cooperativa, de forma autônoma, busca o recurso e executa a sua obra. Claro que tem que ter o apoio do Município, e o que precisou do Município foi dado. Mas é importante salientar que nós não tivemos neste governo linhas de financiamento nacional subsidiadas, não tivemos. O governo Bolsonaro, infelizmente, quando entrou... Agora está tentando reiniciar de novo, colocando recursos disponíveis para encurtar a fila, atender a fila do Minha Casa, Minha Vida – isso é ótimo –, mas nesta gestão não teve as facilidades que teve na gestão passada de ter financiamento de Brasília. Então é muito importante nos unirmos para atender essas comunidades extremamente importantes na nossa cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Convido Ver. João Carlos Nedel para assumir os trabalhos, para que eu possa usar a tribuna.

(O Ver. João Carlos Nedel assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE JOÃO CARLOS NEDEL (PP): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Ver. Nedel, na presidência dos trabalhos, em período de Pauta eu quero fazer uma explanação rápida de dois projetos que nós apresentamos com relação a competências no Município sobre as medidas de polícia administrativa da Guarda Municipal, que tem amplas atribuições. Nós incluimos, de acordo com a legislação municipal, a legislação que trata somente de assuntos relativos a animais, a fiscalização também da Guarda Municipal para os casos de cães bravios soltos em parques e praças, que colocam a população em risco e também casos de maus-tratos detectados no momento de suas atuações ou mesmo por denúncia. Já falamos com o secretário Rafão sobre esta proposta e, realmente, precisa de mais recursos humanos para ter novas atribuições, já que muitas outras surgiram nos últimos meses para a Guarda Municipal, por projetos que nós também aprovamos aqui nesta Casa. Então é um projeto que está tramitando, não é inovador, ele segue a legislação vigente sobre este projeto, e o outro que já está tramitando em segunda pauta que é a captação de recursos. Nós sempre estamos buscando onde se pode captar recursos. Então nós auxiliamos muito também o poder público, fizemos isso no Estado e estamos tentando trazer para o Município, independente do orçamento e da legislação que determina que o poder público é responsável, perante a Constituição, pelo meio ambiente e pelos animais. Então, isso é uma captação de recursos mediante o projeto, e eu sei que a Prefeitura tem dificuldades de desenvolver esse tipo de projeto porque

precisa de recursos humanos, precisa de pessoas vinculadas a órgãos estaduais, federais, porque recurso tem. Se tem projeto, tem recurso. Então este é um recurso que vem do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos para a Secretaria de Vigilância Sanitária, justamente para tratar de zoonoses.

E falando ainda zoonose, nós temos uma grande preocupação com o surto de Leishmaniose, que leva a óbito e muita gente desconhece, principalmente nas áreas mais carentes, onde não tem uma infraestrutura, onde tem muito lixo, que é onde o mosquito se prolifera. E lendo, hoje, as informações da vigilância, também é preocupante o aumento da dengue, o aumento de surtos e também foram identificadas três ou quatro regiões onde a vigilância sanitária apurou um grau elevado de mosquitos contaminados.

Ainda não chegou aqui, e desejamos que não chegue, o coronavírus, que, agora, como foi essa reunião na COSMAM, mesmo tendo um plano de trabalho da Secretaria Municipal de Saúde, a preocupação é com as importações, as pessoas que vêm de fora e passaram por regiões onde possam ter sido contaminadas. E também vendo a evolução dos óbitos nos países de origem, realmente é uma situação de guerra, as pessoas atendem os contaminados totalmente protegidos, pois é algo de grande risco, e também, como são países mais desenvolvidos, de repente, com mais recursos nessa área, já desenvolveram até um teste mais rápido, não precisa esperar uma semana para detectar se estão contaminados ou não.

Então o nosso registro é no sentido de que nós desejamos que neste inverno não tenhamos graves problemas, porque quem mais sofre são as pessoas mais debilitadas, as pessoas com menos condições de buscar atendimento.

São essas observações que eu queria fazer na tarde de hoje e ainda, Ver. Engº Comassetto, fico muito satisfeita de ver que o senhor é um grande colaborador das cooperativas e que o senhor leva a nossa bandeira, que os remanejamentos tenham espaço também para incluir os animais...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): ...Porque o que nós vemos, Ver. Comassetto, é que mesmo, como o senhor falou da sua participação em construções bem eficientes, nós observamos que isso é desconsiderado. E por mais que a pessoa seja carente, grande parte tem amor pelos seus animais, e não temos visto isso nos reassentamentos, o que está gerando um grande problema para a Prefeitura, para nós que não temos como albergar 300 animais que estão na Vila Nazaré, na Vila Areia, que agora também vai ser remanejada, entre outras.

Vereador Engº Comassetto (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Vereadora Lourdes, quando ouvi seu discurso em uma outra oportunidade falando sobre esse tema, lembrei de uma intervenção que fiz nesta tribuna

há sete anos, cobrando, na época, da gestão Fogaça, que tinha feito uma mudança atrás do aeroporto, de 250 famílias. Eu presidia a CUTHAB e fui chamado lá porque ficaram algumas famílias no meio, ficaram uns dentes. Chegamos lá, tinha uma quantidade imensa de animais chorando, de um lado para o outro, pois tinham sido abandonados pelas famílias, porque se mudaram e os animais ficaram: cachorros, gatos e até cavalos e porcos que não poderiam ir para as casas. Quero dizer que nos programas habitacionais que temos feito com as cooperativas, esse tema é tratado pelo técnico social, família por família, quais os animais que podem acompanhar, e os que não podem têm que ser recolocados e comprovar isso para o técnico social. A Prefeitura, nos seus programas, deveria adotar também essa sistemática, e lhe acompanho se a senhora propuser aqui uma disciplina organizacional para esses projetos habitacionais. Muito obrigado.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada, vereador. Só para concluir, Ver. Nedel, dizer que realmente nessa época não tínhamos nada do que foi incrementado a partir de então, e que o reassentamento da Vila Chocolate foi muito bem-sucedido, e ficaram extraviados dois animais que no dia seguinte os seguranças resgataram para acompanhar as famílias. Foi um trabalho transversal com protetoras e a Prefeitura. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Lourdes Sprenger reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nossa Presidenta, Ver.^a Lourdes; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão aqui, nesta tarde; nós pudemos acompanhar pelos jornais, ontem e hoje, uma posição do prefeito municipal que chamou nossa atenção, Ver. Robaina, à medida que ele tenta intervir na iniciativa privada dizendo que os motoristas ou cobradores não devem ter reajuste de salários. Veja a tamanha ousadia do prefeito! Ele, no intuito de dizer publicamente, podia ter dito, que não deu o reajuste salarial nos últimos três anos para os servidores públicos, agora quer interferir, porque ele percebeu a grande gafe ou o grande reajuste que ele deu para as concessionárias nos últimos três anos. Por que a passagem de ônibus está tão alta – R\$ 4,70 e poderá chegar a R\$ 5,20 –, Ver. Adeli Sell? Porque o prefeito municipal de Porto Alegre deu para essas concessionárias, juntamente com o Comtu, 175% de reajuste. Está nas alturas a passagem de ônibus em Porto Alegre, e os coletivos vazios. As concessionárias gritam que estão quebrando, mas olha a grande contradição: se a Carris, que é uma empresa pública, nos três anos conseguiu reduzir o déficit praticamente a zero, por que as outras estariam dando prejuízo? Não é uma questão de gestão? Óbvio, é uma questão de gestão, até porque

essas concessionárias ganharam o que inclusive foi judicializado, porque o cidadão tinha o direito à segunda passagem, e o prefeito e elas, as concessionárias, tiraram a segunda passagem. O prefeito mandou para esta casa, aprovado pelos vereadores da base, o fim da gratuidade das pessoas com 60 a 64 anos e de vários impostos que eram obrigados, o que o prefeito acabou incorporando num certo pacote para poder amenizar o reajuste. Mas não houve amenização desse reajuste, pelo contrário: subiu tanto que Porto Alegre é a capital com o valor mais alto do País. Agora, o prefeito transfere para a Câmara – muito cuidado agora, colegas vereadoras e vereadores – a responsabilidade em aprovar um outro pacote que onera a população de Porto Alegre, taxando os cidadãos que vão querer entrar na cidade, cobrando um pedágio, taxando por quilômetro rodado os aplicativos. Os motoristas dos aplicativos querem saber como será esse projeto para que os aplicativos não transfiram para os motoristas ou para os cidadãos, mas é óbvio que alguém vai pagar a conta. Houve vários pedidos de audiências públicas que foram protocolados aqui na Câmara; e nós defendemos, na reunião de líderes, que é preciso, sim, atender os pedidos de audiências públicas para ouvirmos o que pensa a sociedade da tamanha ousadia do prefeito, que, primeiro, dá um reajuste estratosférico; agora, admite que a passagem está cara, mas não corta, na própria carne, por exemplo, com a redução do pagamento em publicidade, com a redução do custo em consultorias e em tantas outras coisas que nós percebemos que são dinheiro jogado pelo ralo. Nesse sentido, nobre prefeito, possivelmente V. Exa. não terá êxito nesta Casa em alguns projetos, porque eles, açodadamente, chegaram em regime de urgência para poder fazer com que a Câmara aprove, como tentou V. Exa., nobre prefeito, quando queria demitir 3,6 mil cobradores e não teve êxito.

Nós queremos dizer que, de fato, está muito cara mesmo a passagem do transporte coletivo em Porto Alegre...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): ...Para concluir, nobre Presidente, o prefeito tem que entender que é preciso aplicar melhor o recurso público, o imposto que o cidadão paga. E olhem que são muitos impostos! Somente agora, no último ano, foi aprovado o IPTU, por exemplo, que onerou milhares de cidadãos, tanto é que o prefeito tem um cálculo de R\$ 60 milhões a R\$ 100 milhões ao ano para os cofres da Prefeitura. Disse ele que estava em déficit em 2019, mas chegou para nós um superávit de mais de R\$ 400 milhões; portanto, tem dinheiro em caixa, é preciso utilizá-lo melhor. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Dr. Marcelo Rocha está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR DR. MARCELO ROCHA (PSOL): Boa tarde, nos últimos meses vem ocorrendo, marginalmente, um debate na cidade, a respeito do que vem ocorrendo na Esquina da Família, assim chamada, ali na Av. João Pessoa, vandalismos com a placa que marca aquela esquina. A partir disso, vem o debate sobre família tradicional, sobre outras formas de família. Hoje eu vi um artigo no jornal Zero Hora a respeito desse tema, criticando o vandalismo, com o que eu concordo completamente, a gente não deve manifestar as nossas ideias a partir de violência, de depredação de patrimônio público, até porque isso é de todos. Mas eu acho que é necessário que a gente marque posição, lembrando que não há apenas um tipo de formação familiar. Na verdade, existem múltiplos tipos de formação familiar, e isso é uma coisa que é histórica, não é uma coisa dos novos tempos. Quantos pais não abandonaram filhos e deixaram apenas a mãe criando-os, ao longo dos séculos! Isso não é de agora. Quantas vezes não aconteceu de haver famílias com casais, inclusive, inférteis, e não é necessário que haja filhos para que seja uma família. Eu moro com meu companheiro, e considero que nós sejamos uma família. Os tios dele, um homem e uma mulher, casados, nunca tiveram filhos, optam por não ter filhos, é opção deles, e formam uma família. Eu gostaria de deixar isso marcado porque eu acho é importante, nesses tempos de intolerância, a gente buscar criar convergências. E nesse sentido, eu acho que é completamente justo, a gente tendo uma Esquina da Família, a gente também ter uma esquina da diversidade. Portanto eu vou apresentar um projeto, justamente, para que a gente tenha uma esquina da diversidade em Porto Alegre. Acredito que todos saibam que a nossa colega, Ver.^a Nádia, tem defendido muito essa questão da Esquina da Família – acho justo, uma pauta que está ok, e, dentro do artigo, a Comandante Nádia fala que todo mundo sabe hoje que tem famílias que são pai com pai, mãe com mãe, respeita e reconhece.

Então, nesse sentido, vereadora, eu gostaria de não apenas apresentar o projeto, mas convidá-la a assinar em autoria conjunta comigo, demonstrando a tolerância, demonstrando as convergências nestes tempos de tanta polarização. Fica o convite para a senhora, eu achei que era necessário marcar essa posição aqui, porque, diferentemente do que alguns debates trazem de que o movimento LGBT gostaria de reprimir o comportamento homossexual ou, então, que o movimento LGBT não gosta da família tradicional, não se trata de maneira nenhuma disso. Até hoje a gente tem uma situação em que o parlamento brasileiro – até gostaria de frisar isso bem –, até hoje, nunca aprovou uma lei de proteção aos LGBTs, nunca aprovou. Hoje o casamento LGBT é possível, o casamento igualitário é possível simplesmente porque o CNJ articulou com uma analogia de que o casamento LGBT seria como o casamento homossexual e deveria ser reconhecido pela Constituição. Da mesma forma aconteceu com a união estável, da mesma forma aconteceu agora, quando o STF reconhece a equiparação do crime de LGBTfobia ao crime de racismo, como uma maneira de proteger os LGBTs. Nós fomos sempre marginalizados pelo Estado brasileiro, nós fomos sempre excluídos pelo Estado brasileiro de uma maneira intencional, por isso nós precisamos dos movimentos, nós precisamos das passeatas. Foi apenas a partir disso, em São Francisco, que se começou a ter algum respeito pela comunidade LGBT.

Não se trata, de maneira nenhuma, de reprimir qualquer comportamento ou de não desejar o tipo de família que a gente chama de família tradicional, se trata de reconhecer que nós existimos. Nós não queremos nem aceitação, nós queremos apenas respeito. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; quero agradecer a oportunidade que o Ver. Dr. Marcelo está me dando. Até nem falaria, mas acho importante. Que bom que trouxe essa pauta, vereador, que eu acho que diz respeito a todos nós, homens e mulheres, enfim, seres humanos que estamos querendo aprender cada dia mais com novidades, com diversidade, com coisas que se apresentam, seja na tecnologia, seja na ciência, e isso é importante. O ser humano é repleto de conhecimentos. Aqueles que se fecham como uma bolha nada crescem, ficam parados no tempo e, infelizmente, não acompanham as mudanças e não se adaptam aos novos modelos. A questão da família tradicional, e eu acho que a sua fala vem ao encontro da minha, completamente, é que nós temos várias famílias. No artigo eu digo exatamente isto, que nós temos, sim, a família tradicional, e a minha indignação é exatamente com vândalos que não aceitam o diverso, que não aceitam o diferente. Se para eles não contenta, não agrada, não existe. E a fala é, durante todo o meu artigo, de que, sim, que reconhecemos a família pai/pai, reconhecemos a família mãe/mãe, mas que nós não podemos também deixar de reconhecer a família dos avós, filhos que colocam netos no mundo e que são deixados para os avós criarem. Não podemos deixar de reconhecer irmãos mais velhos que criam os irmãos mais novos, e são famílias. Não podemos deixar de reconhecer as famílias de coração, famílias que adotam crianças, muitas vezes até adolescentes, Ver. Robaina, por amor; não têm laços consanguíneos, mas são famílias diversas, formadas pelo respeito, pela cumplicidade e pelo amor. O que nós não admitimos é que aquelas pessoas que não concordam com A ou B demonizem ou vandalizem coisas que são da cidade. Vejam bem, essa placa da família foi aqui aprovada, e por certo muitos dos vereadores que estão aqui devem lembrar, em 2000 – o Ver. Pujol devia estar, o Ver. Nedel, não sei quais mais deveriam estar aqui –, numa sessão, que existiria uma esquina chamada Esquina da Família, e que foi sancionada, à época, pelo prefeito Raul Pont, e que assim o seja. E como eu digo no meu artigo: que venham tantas outras placas que possam mostrar a diversidade e o respeito das pessoas. Espero que a placa da esquina da diversidade não seja vandalizada, como essa o foi, por muito e muito tempo, Ver. Ricardo Gomes, falta a tolerância nas pessoas que, muitas vezes, reclamam por falta de tolerância. A gente sabe quem vandalizou essa placa, porque, tão logo ela foi vandalizada, nós conseguimos as câmeras e fizemos a denúncia a Polícia Civil e essa pessoa foi chamada para depor. Essa pessoa, por ser um crime de menor potencial, uma

contravenção, foi penalizada. E nem por isso nós fomos aos jornais dizer: está penalizado o fulano. A nossa intenção, Presidente, não é apontar o dedo, dizer que aquele estava errado, mas tentar montar, sim, uma Porto Alegre acessível para todos.

O tempo todo de Brigada Militar que eu tive, de 28 anos atuando, a mediação fez parte da minha fala, o respeito fez parte da minha fala e não é aqui, no Parlamento, que não será. Parabenizo, Ver. Marcelo Rocha, e vamos assinar juntos, por que não? As esquinas de Porto Alegre são muitas e que venham outros nomes de esquinas para que a gente possa mostrar para todos os porto-alegrenses que não é com ódio, não é com intolerância, não é com desrespeito que nós construímos uma cidade, uma população que queira o progresso, que queira, efetivamente, viver em comunhão, na paz e progredindo, trabalhando, vivendo uma cidade que tem capacidade e tem lugar para todos. Muito obrigada, vereador, pela oportunidade de vir aqui falar, não falaria, mas eu acho que é importante e eu agradeço a todos e convido todos os colegas para assinarem também juntos, mostrando aqui uma comunhão de esforços de todos os vereadores numa cidade melhor e mais justa. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Obrigada, vereadora.
Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações, por cedência do Ver. Filipe Tisbierék.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, amigos que nos visitam e os que nos assistem pela TVCâmara; eu deveria estar aqui brigando pelo salário mínimo. Se eu disser para vocês quanto é o salário mínimo, vocês não vão acreditar. Roberto Robaina, tu te lembrás quanto é o salário mínimo do trabalhador aqui? Exatamente R\$ 1.045,00 – o regional. Por que eu deveria estar brigando? Porque R\$ 1,045 mil mal dá para comprar 1,5 cesta básica, e é o salário do trabalhador.

Só lembrando aos senhores que esse assunto – salário do trabalhador – não podemos tratar aqui porque é tratado em nível nacional. E tem os avanços, conforme o estado ou município, mas, com todos os avanços aqui é R\$ 1,04 mil. É de chorar. Por que estou falando nisso? Porque está para acontecer um crime na aposentadoria dos médicos, funcionários, enfermeiros do Grupo Hospitalar Conceição. É bem verdade que eles não ganham R\$ 1,045 mil; por outras lutas, por outros acúmulos, encaminhamentos, o salário de um cirurgião, de um enfermeiro que trabalha de noite, de um administrativo que trabalha há 20 anos é em torno de R\$ 12 mil a R\$ mil – um belo salário, mas eles estão para se aposentar, muitos estão para se aposentar. E aí é que vem

o crime: baixa para R\$ 4,800 mil; um salário de R\$ 12 mil de um funcionário do Grupo Hospitalar Conceição baixa para, aproximadamente, R\$ 4 mil.

É bem verdade que eu queria estar lutando por R\$ 4 mil ser o ganho de um trabalhador comum, mas não está na nossa alçada, mas podemos lutar para Secretaria de Saúde falar com o Ministério do Trabalho, com o Ministério da Educação e com o Ministério da Saúde, que são os que cuidam do Grupo Hospitalar Conceição, dizer que eles não cuidam da aposentadoria dos seus funcionários. E um funcionário que se aposente aos 75 anos tem diabetes, tem que comprar três ou quatro seringas por dia para insulina. Por que digo isso? Porque também está faltando em tudo que é posto injeção para fazer a insulina. Ele tem que fazer dietas especiais; outros perdem urina, precisam comprar três ou quatro bolsinhas para colocar na sua barriguinha, ou cueções para fazer xixi desmesuradamente. Isso custa uma fortuna!

Como é que nós vamos baixar o salário de um trabalhador que deu a sua vida pelo GHC, pelo Grupo Hospitalar Conceição, Fêmina, Cristo Redentor, Nossa Senhora da Conceição, Criança Conceição, Diabetes, etc.? Passar de R\$ 12 mil para R\$ 4,200 mil no pior momento da sua vida, que é a velhice. E, às vezes, tem um filho que requer ajudar, que não foi bem na vida, tem uma mulher que também está com alguma idade, está doente. Plano de saúde eles não podem nem pensar em ter, vão ter que entregar o plano de saúde. Imaginem: o plano de saúde deve custar a um homem de setenta e poucos anos, e eu devo saber porque eu estou por ali, mais do que R\$ 1,300 mil, mais do que o salário mínimo. Vocês imaginem como é isso.

Então, nós vamos ter que nos reunir para ver uma explicação do Ministério da Saúde, por que motivo o salário tem que baixar para quem trabalhou 35 anos, 40 anos, 47 anos, como eu, que estou no Grupo Hospitalar Conceição. Não está na hora de eu me aposentar ainda, não quero me aposentar – idade teria. Eu não estou lutando tanto em causa própria, mas também um pouquinho em causa própria, porque sei o que foi a minha batalha nesses últimos 47 anos operando no Grupo Hospitalar Conceição.

Como é que nós vamos condenar um doente a ficar pior porque ele não tem direito a um abono do seu salário que ele dispensou energias abasto? E agora que chega a hora de usufruir num momento de tranquilidade da sua aposentadoria, ele tem que ter outro emprego, Oliboni, porque se não tiver outro emprego ele não vai completar o que ele estava acostumado a ganhar. E quem é que vai dar um emprego de mais do que R\$ 2,000 mil ou R\$ 1,700 mil para um homem de 70 anos? Heim, Cassiá? Ninguém vai dar emprego...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR DR. GOULART (PTB): ...Eu encerro agradecendo ao Ver. Filipe Tisbierék, que me deixou falar nesse momento, tempo que era do Ver. Paulo Brum, que está em tratamento de saúde.

Atenção precisamos defender os velhos e as velhas do Grupo Hospitalar Conceição! Ajudem-me, vereadores, o Ministério da Saúde tem que nos explicar porque baixa 400% o salário de um trabalhador da saúde! Preciso de apoio.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Sra. Presidenta, Verª Lourdes Sprenger, meus colegas vereadores e minhas colegas vereadoras, quero cumprimentar todos que nos ouvem aqui. Volto a cumprimentar a nossa militante social comunitária do Movimento Negro, a Elaine, que preside a Associação Mocambo, na Cidade Baixa, em frente o Largo Zumbi dos Palmares; resiste ali, e tem todo nosso apoio para que possamos em conjunto continuar mantendo Associação Mocambo como patrimônio cultural da cidade de Porto Alegre.

Vereador Doutor Goulart, eu o ouvia atentamente sobre o salário mínimo. Gostaria de fazer um diálogo com o senhor, porque essa é uma decisão política, e o atual Presidente Bolsonaro, bem como o governador do Estado Eduardo Leite, bem como o prefeito municipal Nelson Marchezan, que o seu partido apoia na base, tem a política do estado mínimo, de desconstituir as estruturas públicas de funcionamento, entre elas o Hospital Conceição, e de fazer o achatamento salarial e de retirar direitos constituídos ao longo da história de conquistas. O senhor, que tem raízes lá no velho o PTB e acompanhou o Brizola ao longo da história, sabe que, a partir do Getúlio, se constituiu a Constituição, legislações trabalhistas, CLT, que agora foi destruída. Portanto, isso é uma decisão política. Nós trabalhamos numa outra lógica, os direitos conquistados devem ser mantidos e a sociedade deve ampliar os direitos à cidadania e gerar e distribuir renda.

Ver. Adéli, quanto está o dólar hoje? USD 4,35 ou USD 4,40 – divida aí, por favor, R\$ 1,048 mil, que é o salário mínimo, pelo valor do dólar para saber quantos dólares é o salário mínimo hoje. Peço auxílio aos colegas, porque este tema entrou agora no debate. Gostaria de dizer o seguinte: quando, em 2002, o ex-Presidente Lula ganhou as eleições, o salário mínimo era de 189 dólares, 160 dólares. E nós, na gestão, elevamos o salário mínimo para trezentos e pouco dólares, foi o maior salário mínimo da história recente do Brasil, pelo menos, dos últimos 50 anos, proporcional, a população toda trabalhou, se investiu na economia interna, em 2008, com a crise mundial, o que que foi feito? Tirou-se uma política de investir na construção civil, se criou Minha Casa, Minha Vida; de investir na produção industrial da linha branca, se investiu nas fábricas de geladeiras, máquinas de lavar, e assim por diante; de investir na estrutura automobilística, e o que aconteceu com o Brasil? Passou a crise mundial, distribuiu-se renda. Qualquer mestre de obra, qualquer pedreiro, naquela época, ganhava R\$ 5 mil, R\$ 5,5 mil. Hoje, por R\$ 2mil, tem pedreiro se batendo em tudo que é canto. Nós temos 14% da sociedade desempregada, e o salário mínimo não subiu nada

este ano, um achatamento completo. E ontem o Guedes vai para imprensa e diz... Guedes, o Ministro da Economia, ou melhor, o saqueador da economia em nome dos bancos, porque ele é banqueiro, e aplicou aquele modelo do Chile, onde há uma rebelião hoje. Não podemos deixar isso acontecer no Brasil. E o que o Guedes disse ontem, Ver.^a Nádia? Disse: “Que absurdo, no tempo do Lula, até as empregadas domésticas iam para a Disney”...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): ...Para concluir, o que disse o Guedes ontem? “ Que absurdo, no tempo do PT e do Lula, até as empregadas domésticas iam para a Disney, elas têm que ir ali para o Nordeste, e para os centros culturais do Brasil.” É um prazer ir para o Nordeste, e eu olho aqui para os vereadores e vereadoras, mesmo base do governo, do estado mínimo, que também vão para o Nordeste. Muitos vão para a Disney, mas esse é um direito de toda a cidadania poder gerar e distribuir renda, é um direito de toda a cidadania ganhar. A renda não é para ser concentrada, é para ser gerada e distribuída. Portanto, eu venho aqui, em nome do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, e hoje o salário mínimo é duzentos e uns quebradinhos de dólar, US\$ 240. Há um achatamento...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.)

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): ...Concluo aqui dizendo que esta luta de gerar renda, de distribuir renda é uma responsabilidade de todos nós. Para isso não precisa achatar o Estado. Aqui criticam que o Brasil tem um de mundo de funcionalismo, o Brasil tem 3,4% da sua população de funcionários públicos. A Dinamarca, que é exemplo para todos, têm 38%; os Estados Unidos, que é exemplo aqui para os liberais e neoliberais, tem 14,5% da sua população de funcionários públicos. Portanto nós temos que reestruturar o Estado para atender a sociedade. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Vereador Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente Lourdes Sprenger, colegas vereadores, vereadoras, nós estamos vivendo um momento muito grave na cidade de Porto Alegre. Estamos no verão e falta água em algumas comunidades, como na Bom

Jesus, na Lomba do Pinheiro e no Belém Novo, entre outros locais. Na primeira chuvarada que vai dar em seguida, como foi dias atrás, haverá inundações em toda a entrada da cidade, próximo à Arena do Grêmio, porque o lixo está jogado em tudo que é canto. A Prefeitura, através do DMLU, teve essa ideia genial de tirar os contêineres verdes do lixo seco das principais ruas do Centro Histórico, porque, segundo eles, havia pouca produção de lixo, porque tem muito comércio. Gente, em que mundo vivem essas pessoas? Desde quando na Rua Riachuelo, atrás do Theatro São Pedro, em direção à Av. Borges de Medeiros, tem comércio? Há algumas livrarias e o resto são residências, grandes edifícios. E se fez um trabalho com distribuição de material nosso, porque o DMLU não tem material, dizendo que deveriam reciclar o lixo. De lá desapareceram os contêineres verdes. E é essa a explicação ridícula que o DMLU manda por escrito: “Tomaremos medidas cabíveis”. E mais: aqui eu anunciei que eu tive que fazer um dossiê para quatro órgãos e enviar por meio eletrônico, por não sei quantas vezes, e tive que pegar e mandar por Aviso de Recebimento para que se mexessem. O susto foi grande porque provavelmente nunca receberam com Aviso de Recebimento alguma coisa que de um vereador, aí começaram a se mexer, mas muito lentamente ainda.

Eu quero falar especificamente de algumas questões, já falei do Centro Histórico, de onde sumiram os contêineres verdes, mas quero falar com relação aos moradores de rua na frente do HPS. Dias atrás tivemos que agir em relação à FASC e à Secretaria Municipal de Saúde porque lá estava uma pessoa doente, com sofrimento psíquico, que fazia barbarismo no Bonfim, para que alguém tomasse alguma iniciativa para resolver o problema daquela pobre criatura, um ser humano sem a mínima dignidade. Passem na frente do Pronto Socorro e vejam o que está acontecendo em Porto Alegre! No principal hospital de atendimento imediato, as pessoas chegam sequeladas de vários lugares, mas a grande sequela, a chaga está na porta do Pronto Socorro! Onde está o diretor do Pronto Socorro? Onde estão os dirigentes do Pronto Socorro? Não! Não pode continuar essa situação em Porto Alegre.

E mais: vou falar de árvores, vou falar de Porto Alegre. Ontem, aqui, eu falei da cultura de Porto Alegre e uma pessoa responde que tem que cuidar de outras questões, porque, afinal de contas, a cultura, deu uma ideia de que cultura é uma coisa superficial, desnecessária. A economia na cultura é fundamental hoje em dia; e também para a alma humana. Mas eu quero falar do arboricídio que está acontecendo em Porto Alegre. Quem é que permite, quem é que deu licença para derrubar as árvores que foram derrubadas no Menino Deus? Devastaram o Menino Deus, cortaram árvores que não podiam cortar, e nada é feito! Onde está o Ministério Público, que foi acionado várias vezes? Não adianta abrir inquérito civil público e depois não terminar, não fazer. Quem mandou cortar, ao lado dos quartéis, as árvores que foram cortadas na frente da Igreja das Dores? Quem mandou? Quem licenciou? Porto Alegre está um caos! Nunca antes na história da cidade tivemos um prefeito tão ruim. É o pior prefeito de todos os tempos! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Vereador Farid Germano Filho está com a palavra em Comunicações.

SR. FARID GERMANO FILHO (DEM): Muito obrigado, Sra. Presidente, prezadas vereadoras e prezados vereadores, eu aproveito este espaço tão importante e tão nobre dos presentes, e aqueles que nos acompanham pela TV Câmara, para falar de um assunto muito importante e de extrema relevância: recebi uma ligação de um querido colega, um dos mais brilhantes jornalistas deste Estado, Vitor Bley de Moraes que me alertou para uma questão que, há um bom tempo, já se presencia e é preciso se tomar alguma posição em Porto Alegre. É extremamente necessário que haja, no transporte público, seja ônibus ou lotação, locais apropriados para portadores de autismo. É importantíssimo que haja locais apropriados para portadores de autismo, haja vista a situação em que muitas vezes se encontram os portadores que são de extrema inteligência, de enorme capacidade de desenvolvimento, de raciocínio, enfim, mas que necessitam de espaço.

Um adesivo, como o colocado para idosos, para gestantes, para cadeirantes, por que não locais especiais, tanto nos ônibus, nas lotações, enfim, no transporte público da nossa capital, para as pessoas portadoras de autismo? A Sra. Sylvia Bandel, mãe de um portador de autismo de muita inteligência, de muita capacidade, ela faz esse apelo. E eu, na condição de vereador do Democratas, trago aqui a palavra, por intermédio, repito, do meu querido amigo Vítor Bley de Moraes, para que isso seja feito: para que se crie um projeto de lei para que seja obrigatório, no transporte público de Porto Alegre, um local ou locais adequados para portadores de autismo. É inadmissível que não haja, até o momento, algo parecido com isso, algo que que traga esse benefício para essas pessoas, que são como todas as demais, mas que, muitas vezes, necessitam de locais especiais para poder se colocar, enfim, para poder fazer o seu transporte, ir e vir, que é um direito democrático de todos.

Dito isso, quero lembrar que hoje, dia 13 de fevereiro, é o Dia Mundial do Rádio. Hoje é o Dia Mundial do Rádio, que é um dos maiores veículos do mundo, eu sou oriundo do rádio, como o Vítor é oriundo do rádio, um dos grandes amigos que tive na Rádio Gaúcha, passei por todas as rádios em Porto Alegre. Quero dizer que o rádio jamais vai morrer. Quando surgiu a TV, disseram que o rádio ia morrer; quando surgiu a internet, disseram que a televisão iria morrer. Não! Todos os veículos são importantes, sejam as mídias sociais, seja a televisão, mas principalmente esse veículo que nos acompanha em todos os cantos, em todos os locais, o bom e velho radinho de pilha. Hoje é o Dia Mundial do Rádio.

Quero fazer uma saudação muito especial a todos os radialistas e a todos os ouvintes de rádio, porque quem não ouve rádio, quem não acompanha o rádio, quem não está ligado no rádio, seja para entretenimento, para música, para diversão, para prestação de serviço, para previsão do tempo, para o trânsito, para as notícias, para as informações? Dia Mundial do Rádio, quero deixar registrado aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. E lembrar: sobre o autismo, é importante que se faça um

projeto de lei, vou protocolar isso, um projeto de lei para que os veículos, para que o transporte público tenha locais especiais para os autistas. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, pretendo usar brevemente este período de Comunicações para dois assuntos diferentes. Primeiro, quero responder ao Ver. Comassetto, do Partido dos Trabalhadores, que subiu aqui a criticar o ministro Paulo Guedes, acusando-o de banqueiro. Parece olvidar-se que o mestre dos banqueiros, que o príncipe dos banqueiros foi Henrique Meirelles, que serviu tão bem ao governo do PT e ajudou a produzir a situação que o ministro Paulo Guedes denuncia. São quatro bancos comerciais no Brasil, quatro empresas de telecomunicação, quatro distribuidoras de combustível e 200 milhões de patos, clientes desses cartéis organizados de cima para baixo com proteção legal, com agências reguladoras a protegerem os mercados, porque é isto o que fazem essas agências reguladoras: protegem mercados para aqueles que lá estão. Então, se o cenário é que os bancos mandam no Brasil, devem os bancos todas as noites acender uma vela, agradecer ao presidente Lula e à presidente Dilma, que, em 16 anos – na verdade, em 13 anos, porque a presidente Dilma não teve condições de concluir, pelas ilegalidades que cometeu, o seu segundo mandato –, nada fizeram para desmanchar essa estrutura de poucos bancos e muitos clientes, os 200 milhões de patos. Atacar Paulo Guedes por ser amigo dos banqueiros, desculpe-me, V. Exa. terá que explicar primeiro as amizades do PT. Eu falei em quatro bancos, quatro empresas de telecomunicações, não vou contar as empreiteiras – precisaria mais do que os cinco minutos que tenho para citar todas as confusões, todos os malfeitos que o PT causou usando as construtoras.

Dito isso, não posso me furtar também de mencionar aqui a nota oficial sobre transporte de passageiros que foi emitida pela Prefeitura de Porto Alegre pedindo às empresas de ônibus que não concedam reajuste aos seus trabalhadores. Parece-me, obviamente, que o Sr. Prefeito excede a sua competência ao determinar a uma empresa privada se deve ou não conceder reajuste aos trabalhadores. Mas isso não é o mais grave; o mais grave é que diz que, desde 2017, a Prefeitura propôs todas as alternativas já testadas em vários municípios e países para diminuir o valor da passagem. O Legislativo não se mostrou sensível ou propositivo à pauta. Mais adiante diz: “Não vemos em parte do Legislativo o desejo de aprovação ou de sugestão de outras medidas”. Sr. Prefeito, há sugestões de outras medidas. Eu lhe ofereço, no mínimo, cinco. Reveja a quantidade de linhas e a sobreposição das linhas. O Ver. Ferronato, há poucos dias, apresentou uma situação, por exemplo, da Av. Protásio Alves, onde diversas linhas fazem fila com ônibus vazios; 7, 8, 10 ônibus vazios, um atrás do outro. Por que não rever a sobreposição das linhas? Segundo, por que não rever as

gratuidades? Terceiro, por que não tomar os R\$ 35 milhões que V. Exa. dirigiu para sua publicidade de seu governo? Por que não dirige este recurso, então, para as tarifas? Isso dá metade de um mês de gastos de todo o transporte público de Porto Alegre. Não só isso. Veja a situação da Carris, na qual só em janeiro a Prefeitura botou R\$ 1,6 milhão só em janeiro deste ano, de dinheiro dos porto-alegrenses. Ou seja, são as minhas sugestões. Há outras. Os vereadores, o conjunto da Casa é capaz de apresentar soluções e alternativas. Não tem a competência para iniciar os projetos, porque eles devem vir do Executivo, mas, se o prefeito ouvisse, teria alternativas, se dialogasse, teria alternativas, se escutasse os vereadores, teria alternativas. Mas o prefeito já declarou que é adepto de uma modalidade de diálogo impositivo, diálogo com imposição; se fosse uma pessoa comum, estaria cometendo um erro gramatical, ou é diálogo ou é imposição; sendo o prefeito, não é só um erro, isso revela uma mentalidade, revela uma forma de ver o poder, e se o poder é dividido entre Executivo, Legislativo e Judiciário é porque esta foi a solução que as constituições acharam para diminuir a concentração de poder e para que não haja tiranos, aqueles que concentram em si todo o poder. O que o prefeito revela é um apego à tirania. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Filipe Tisbierék está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADOR FILIPE TISBIEREK (PTB): Boa tarde a todos, cumprimento a Sra. Presidente, Ver.^a Lourdes Sprenger; cumprimento todos os vereadores e vereadoras, agora, colegas, os profissionais desta Casa Legislativa, uma saudação especial a toda a população de Porto Alegre; quero fazer um registro de agradecimento especial a todos aqueles que me ajudaram, de uma forma ou de outra, a estar aqui hoje. Minha gratidão eterna. Não podia deixar de vir a esta tribuna nesta oportunidade em que estou vereador de Porto Alegre, e aqui faço um parêntese para também fazer um agradecimento especial à bancada do PTB, que me concede esta oportunidade, esta gentileza e este acolhimento que fizeram à minha pessoa na data de ontem na minha posse. Como ia dizendo, não podia perder esta oportunidade para felicitar, parabenizar todas as organizações da sociedade civil que têm valores fundamentais para nossa cidade. Nós precisamos, cada vez mais, ter um olhar especial para elas, e acho que esta Casa Legislativa também tem essa função social de ter esse cuidado.

Em 2013, na minha primeira experiência na vida pública, conheci, na minha querida região leste, através do Orçamento Participativo, dezenas de entidades dos diferentes segmentos que prestam serviços, sejam conveniados com a Prefeitura, ou de forma independente, serviços fundamentais, eu diria, essenciais. O Orçamento Participativo foi uma escola à qual serei sempre grato.

Na minha passagem pela coordenação da juventude, conheci mais de 60 organizações da sociedade civil de diferentes áreas, sejam esportivas, educacionais,

socioeducativas, de convivência, movimentos religiosos, culturais, da aprendizagem profissional, que, mesmo com muitas dificuldades financeiras, são conhecedoras, como ninguém, de suas pautas, e são vocacionadas, são exemplos de eficiência e de resultados para as políticas para a juventude.

Na Secretaria de Relações Institucionais, me aproximei dos conselhos municipais, Conselho da Criança e do Adolescente e Conselho do Idoso, onde, mais uma vez, tive o privilégio de presenciar, *in loco*, o trabalho de tantas outras entidades que fazem a política pública, tão necessária, acontecer na prática.

Enfim, aprendi nessas minhas experiências que são elas, as entidades, essas instituições, essas organizações que se somam ao poder público nos territórios mais vulneráveis para os públicos que mais devemos dar nossa atenção e fazem um trabalho de excelência e eficiência. E são por essas razões que me dirijo hoje, nesta minha primeira fala como vereador de Porto Alegre, sejam elas organizações, sejam associações, entidades, ONGs, OSCs, institutos ou demais formatações para desejar meus sinceros parabéns pelo trabalho executado, e quero agradecer por tudo que pude aprender com vocês. Tenham certeza que, onde eu estiver, estarei sempre lutando pelo fortalecimento e pela potencialização do trabalho tão importante de vocês. Vocês foram minha fonte de aprendizagem de conhecimento técnico e prático dos rumos que precisamos seguir. Hoje, com muita convicção, quero que vocês saibam que continuarão sendo fonte de inspiração para nortear meu trabalho na vida pública. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-la, Ver.^a Lourdes Sprenger, nossa vice-presidente comandando os trabalhos; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu vim com uma pauta municipal, mas antes de entrar com essa pauta municipal, eu preciso dar um recadinho para o Ver. Comassetto, que sempre vem aqui mentir, dizendo que o partido dele salvou o Brasil; quase quebrou o Brasil, Ver. Engº Comassetto. Parece que os 14 milhões que vocês criaram já transferiram para outros de desemprego no País, quase quebraram a Petrobras, enfim, prova está que o povo tirou.

Vereador Engº Comassetto (PT): V. Exa. permite um aparte?

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Vou lhe dar um aparte, porque sou democrata.

Vereador Engº Comassetto (PT): Eu só lhe pediria que retirasse a palavra mentir. Nós temos divergências de análises. Eu não estou mentindo, eu trato números que eu acredito neles, portanto, nós temos opiniões diferentes e é legítimo. Muito obrigado.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Eu não tenho problema, o nosso problema não é pessoal, eu retiro a palavra mentir e vou dizer que V. Exa. omitiu que tinha que deixar quase 14 milhões de desempregados. Agora, não pode chegar aqui com uma cara de pau e dizer que o teu governo foi bem. O dólar, tu sabes, oscila, como o próprio governo Lula pegou crise do dólar lá em cima, crise do dólar lá embaixo, ele é momentâneo devido, principalmente, a crise internacional. Agora não pode dizer que o PT salvou o País, ao contrário, ele quase quebrou o Estado, quase quebrou o País, quase quebrou o Município. No governo Olívio foram encampados os ônibus de Porto Alegre, foi quando começou o problema dos ônibus de Porto Alegre, da passagem de ônibus, naquela encampação do governo Olívio. Então, tem que ter muito cuidado. Quanto ao Minha Casa, Minha Vida, eu acho que o amigo tem muito conhecimento, está conhecendo demais essa área, ela é meio complicada, mas sem dúvida é um projeto muito bom para as camadas mais pobres, tem que continuar, qualquer governo tem que incentivar. Acredito que, este ano, a construção civil vai começar a crescer, temos que torcer, nós somos brasileiros não podemos torcer contra. Eleição é uma coisa isolada de quatro em quatro anos, mas nós não podemos torcer contra o Brasil. Eu voto no fulano de tal, mas depois eu torço para o Brasil, mas não deixo de votar, é verdade. Então, quero te dizer: vai com calma, aguarda o pleito, não começa a dizer muita bobagem por aí, senão as pessoas são capazes de acreditar. E não é assim, o PT quase quebrou o Brasil, prova está que o presidente, o ídolo de vocês, foi preso, foi condenado, tem mais de cinco processos ainda em andamento, vai chegar a sua hora, capaz de ele retornar para Curitiba. Vamos para o Município que eu acho que é o que mais nos interessa agora.

Nós temos aqui vários projetos de mobilidade urbana. O governo Marchezan deixa para o último ano para tratar essas questões de mobilidade urbana; agora, quer se meter numa questão trabalhista que é das empresas: se vai dar aumento para os funcionários ou não. Ele quer criar uma crise entre os funcionários e as empresas, ou seja, se fizerem greve, ele lava as mãos, aceita e diz que é assim, porque tem eleição nesse ano, ele não quer desgaste, mas ele já se desgastou, ele não administrou nada no primeiro ano. Quando ele liquidou com as secretarias, quis dizer para o cidadão e para nós que ele não queria fazer, que ele não queria atender o cidadão – o número 156, para o qual o cidadão liga. E nós aqui, o cidadão pensa que nós somos responsáveis, que nós temos obrigação de fazer isso e aquilo, tapar buraco, cortar árvore, arrumar esgoto, iluminação, enfim, tudo isso é do Executivo, é do prefeito. Nós podemos e fazemos, sim, a intermediação, mas nem isso estamos conseguindo fazer. Aquele vereador que não compactua com pensamento prefeito está fora do sistema. Mas não é por isso que nós vamos se entregar. Eu não tenho cargo nenhum na Prefeitura, nunca tive, penso na cidade, penso no futuro, não podemos nos entregar para o prefeito

que quer administrar no último ano. Há vereadores aqui que se entregaram naquela votação do IPTU; é verdade, se entregaram na noite, foram 22 vereadores favoráveis – cresceu muito rapidamente aquela votação a favor do aumento de IPTU, o que me surpreendeu. Como dizia meu pai lá em São Borja: na calada da noite. Foi bem assim, na calada da noite. Então, na realidade, hoje o prefeito está com dinheiro. Gente, no ano que vem terá em torno de 20% de novo no IPTU em cima do cidadão; no outro ano mais 20% novamente. Será que nós vamos ficar quietos? Ah! Não atingiu todo mundo; mas atingiu os mesmos, aqueles que sempre pagam mais, a classe média, média/baixa, que financia esta cidade. E o que ele fez com esse IPTU que aumentou para metade da população? A primeira ação que ele fez, aproveitando que esta Câmara – é um defeito que tem que ser corrigido – estava em recesso, foi pagar R\$ 34 milhões para a mídia, R\$ 34 milhões para a mídia; aí o cofre estava cheio, o cofre tinha rapidamente lá R\$ 34 milhões para dividir e distribuir para a mídia. Todo mundo ficou faceiro, deram opinião: Porto Alegre vai melhorar, agora a Av. Ceará vai ser definitivamente arrumada. Para finalizar a Av. Ceará faltavam só 7%; até hoje ele não abriu a Ceará. Que vergonha! Que Prefeito que não sai do Paço Municipal. Este ano tem eleição; parece que agora no mês que vem, dia 4, ele vai abrir, meio envergonhado, ele vai abrir ali na madrugada, às 6 ou 7 horas da manhã, no início da madrugada, ele vai abrir e vai embora, porque ele está com vergonha de passar todo esse tempo sem arrumar, sem abrir a Ceará. Então é esse aspecto. Aqui está falando um vereador independente, se tem que votar contra vota, se tem que votar a favor vota. Num levantamento, nós votamos, em média, 90% dos projetos para ajudar o prefeito, e ele não se ajudou, ele não pode se queixar desta Casa. Tem gente aqui que até contrariou aquelas ideias deles do passado votando, por exemplo, o IPTU. Vocês acham que diminuiu o número de CCs na Prefeitura? Não! O número está em torno de setecentos a mil CCs. Ele não diminuiu. Por quê? Porque ele terminou com o serviço público de atendimento à população, pelo 156, SMOV, DEP, DIP, SMIC e assim sucessivamente, e ele não consegue atender, porque terceirizou, e a terceirizada também não sabe fazer, chama outra terceirizada para completar o que aquela primeira não fez, porque não tem *know-how*, ele descaracterizou as secretarias e automaticamente ficou com o dinheiro e deu para as terceirizadas que não tem *know-how* e não sabem tapar um buraco, não sabem arrumar um esgoto que está vazando, não sabem arrumar uma água vazando na cidade. Andem pela cidade. O que melhorou? Ah, melhorou um pouquinho a orla aqui, aquilo ali que foi consertado, que já estava pronto dos outros governos, era só fazer; nas praças, deram umas pintadinhas, pintaram aqueles brinquedos para as crianças; passaram um corte na grama, que em seguida ela cresce de novo. É muito pouco para quatro anos, gente! É muito pouco para quatro anos. Agora, manda um pacote para cá, depois de três anos não fazer nada sobre o transporte público, deveria ter tratado disso lá no início. Agora ele está numa sinuca de bico. Os empresários já estão calculando em torno de R\$ 5,20 a passagem, de R\$ 4,70 para R\$ 5,20. Aí ele vai vetar, os empresários também não vêm aqui, não sei se estão satisfeitos, se não estão satisfeitos, não dão opinião. Esta Casa não tem a responsabilidade que muitos têm. Tem um conselho que estabelece o valor da passagem, e a Câmara sequer tem um representante ou uma comissão representativa lá nesse conselho que estabelece

o preço da passagem em Porto Alegre. Esta Casa se omitiu no passado, se omitiu! Ela deveria estar, no mínimo, na pior das hipóteses, com um representante no conselho que estabelece o preço da passagem. Tirou do plenário essa prerrogativa há muito tempo, com medo da sociedade, é verdade. Para concluir, eu acho que esta Casa tem que fazer também o mea-culpa. Eu vou remeter um ofício ao Presidente, aqui há casos que não agradam à maioria dos vereadores. Naquelas votações polêmicas, seja com o Legislativo ou Executivo, tem vereador que troca a sua cadeira aqui, e muitos já vi trocarem de partido quando assumiram! Não pode a Câmara permitir que um vereador saia num dia e volte no outro, para não dizer dia, às vezes, noite, e no outro volte. Na pior das hipóteses, tem que ser um mês, ele tem que perder aquele mês. Por isso que é um dia, para ele não perder o mês, ele não perde nem o dia, e vem outro, vota diferente, geralmente com essa intenção, e no outro dia não é mais vereador.

Também a Casa tem que corrigir, pode até me beneficiar em algumas vezes, mas não é o comum, não é o normal, a verificação de quórum na Ordem do Dia não pode ser aquela enormidade de verificações de quórum, sem critério. Não, tem que ter um número, se é dois, se é três, tem que estabelecer; chegou o momento vamos votar, não tem mais verificação de quórum. Aqui passa um projeto por uma comissão, tem um ou dois votos, passa. Não! Na Assembleia Legislativa em que estive, são 12 componentes, tem que ter 7 votos, a maioria é 7, senão não vai para o plenário.

Vereador Ricardo Gomes (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Primeiro, quero cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento que está fazendo, desde o início, dotado de toda a razão, subscrevo em gênero, número e grau. Segundo, para contribuir com a discussão que o senhor está fazendo, igualmente essa etapa que nós temos aqui dos projetos passarem na Procuradoria da Casa, antes de irem à CCJ, não existe na Assembleia, não existe na Câmara. Nós temos projetos aqui – e não é demérito da Procuradoria, é do Regimento – que veem com urgência de 45 dias para votar, urgência do prefeito. Passam 35 dias na Procuradoria, restando 10 dias para todos os vereadores analisarem o projeto. Uma etapa desnecessária. Há muito projeto com 45 dias para votar, não há tempo para vencer. Eu me somo a Vossa Excelência. Há tramitando na Casa, a CCJ fez a proposta, no ano passado, de revisão do Regimento, já está tramitando. Acho que é a oportunidade de fazer essa discussão e fazer as emendas para evoluir. Vossa Excelência tendo sido deputado, conhecendo o Regimento da Assembleia, tem um valor extraordinário nessa discussão. Obrigado pelo aparte.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Ver. Ricardo Gomes. Para concluir, aí se diz que para um ou dois votos, em cima de seis, decide para ir para as comissões e vir para o plenário, que as minorias têm que ter... Espera aí, não é o problema das minorias, é o problema da qualidade, da inconstitucionalidade dos projetos. Não pode um projeto inconstitucional passar na CCJ com um ou dois votos. Isso acontece, e tem um efeito cascata de congestionar esta Casa de projetos inconstitucionais, sem nenhum fundamento...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): ...Estou encerrando, quero dizer que a Casa tem uma boa transparência, mas ela precisa, a cada dia, corrigir esses pequenos problemas que afligem e naturalmente tiram e deixam brecha para um futuro conluio, conchavo e, por que não, corrupção. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h57min.)

* * * * *